

Plenário do Congresso aprova proposta da comissão, em 5 minutos

por Marcos Magalhães
de Brasília

Em contraste com a longa e problemática tramitação que teve na comissão mista de orçamento, o substitutivo ao projeto de Orçamento da União para 1989 teve uma aprovação rápida no plenário do Congresso Nacional, na tarde de sexta-feira. Não se passaram mais do que cinco minutos entre o anúncio da votação, feito pelo senador Dirceu Carneiro (PMDB/SC), que presidia a sessão, e a declaração do resultado. Bastou, para isso, que os pouco mais de trinta parlamentares que se encontravam no plenário se mantivessem como estavam.

A secretaria do Congresso registrou a presença de 47 senadores e 256 deputados na casa. Número pouco superior aos 37 senadores e 244 deputados necessários para a abertura da sessão. O deputado Nelson Friedrich (PSDB-PR) tentou solicitar a verificação de quorum, para demonstrar que a maioria dos parlamentares não se encontrava no plenário. Mas Carneiro já havia anunciado o resultado tanto da votação do substitutivo como do destaque que interessava a Friedrich — o que anulava a concessão de verbas à construção de um trecho da Ferrovia Norte-Sul. O PSDB prometeu protestar, mas agora só resta a votação do texto final do projeto, tanto na comissão como no plenário.

Se Friedrich, assim como seu colega de bancada José Serra (PSDB-SP), não estava satisfeito, o mesmo não se podia dizer do presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). As 18 horas, ele pôde comemorar com outro maranhense, o presidente José Sarney, a aprovação do substitutivo elaborado pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da comissão.

"Gostaria de parabenizá-lo pela aprovação do projeto da Ferrovia Norte-Sul no

Congresso", puxou o assunto Carvalho, ao atender o telefonema vindo do Palácio do Planalto. "Você será o meu convidado para a inauguração do novo trecho da ferrovia", respondeu Sarney. O motivo dessa satisfação era a ampliação de CZ\$ 14 bilhões para CZ\$ 19 bilhões — em valores de junho — da verba destinada à construção da estrada. Com esse dinheiro, o governo federal poderá levar a Norte-Sul, em 1989, até a fronteira dos estados do Maranhão e Tocantins.

Embora parlamentares da comissão julgassem a tese improvável, ontem, ainda não se descarta a hipótese de Sarney vetar parcialmente o projeto aprovado, uma vez que ele reduz a quantia a ser paga pelos estados e municípios à União, no ano que vem, pelo serviço de suas dívidas externas.

"Sarney procurou o conflito com a comissão", disse Carvalho a um deputado na semana passada. "Ele tentou repetir conosco a estratégia do centrão na Assembleia Constituinte, mas nós impedimos o êxito da manobra", comentou o deputado.

Segundo Carvalho, Sarney quis dividir os parlamentares para impor o seu ponto de vista na questão da rolagem das dívidas estaduais, que levariam aos cofres da União, segundo o projeto original, CZ\$ 550 bilhões.

No Palácio do Planalto, segundo informou o repórter Amauri Teixeira, ainda se cogitava, na sexta-feira, de vetar o projeto aprovado, mas o temor de ver um veto derrubado — por metade mais um dos parlamentares — pesava contra a idéia. "O projeto agora vai ser estudado, principalmente no que diz respeito ao pacto social", limitou-se a dizer o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos. "A partir de agora, o que vier a acontecer já é também responsabilidade do Congresso Nacional."